



## CELEBRAÇÃO DO ANO PAULINO

### **SÃO PAULO E O MISTÉRIO DA IGREJA**

*Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada*

Igreja da Encarnação, 5 de Março de 2009

- 1. Introdução.** No seguimento da sessão anterior, em que se reflectiu sobre a vocação cristã na vida e ensinamentos de São Paulo, hoje procurar-se-á tecer algumas breves considerações sobre o mistério da Igreja, tal como nos é apresentado nos principais textos do magistério do Apóstolo das Gentes.

Em pleno Ano Paulino, cumpre recordar que esta intervenção ocorre no âmbito de uma acção de formação promovida, para os seus Cavaleiros e Damas, pela Lugar-Tenência da Ordem do Santo Sepulcro. Por este motivo, é de supor que todos os participantes, aos quais se agradece a amável presença, estão a par dos principais ensinamentos do Magistério da Igreja sobre o tema, pelo que serão escusadas referências mais elementares.

Por último, tendo estas palestras uma finalidade eminentemente prática, qual é a da revitalização espiritual e apostólica de todos os Cavaleiros e Damas que a elas se dignam assistir, procurar-se-á também, na medida em que for conveniente, que as considerações aqui tecidas tenham incidência sobre as suas vidas e a sua actuação apostólica.

- 2. O mistério da Igreja à luz de Cristo.** A realidade da Igreja não é susceptível de uma cabal compreensão pela mente humana, nem sequer quando esclarecida pelo dom da



fé. Com efeito, a Igreja, não obstante a sua aparência visível e o seu elemento humano, é sobretudo uma realidade espiritual e, por isso, invisível, apenas perceptível à luz da fé. A sua realidade institucional não esgota, na realidade, a sua essência que, por isso, constitui um verdadeiro mistério ou, melhor dizendo, um corolário necessário ao próprio mistério de Cristo.

Vem a talho de foice referir, nem que seja apenas de forma muito superficial, a moderna tendência a separar Cristo da Igreja: enquanto Aquele seria, na excelência da sua vida e dos seus ensinamentos, alguém sumamente adorável e digno de ser seguido; esta, enquanto instituição humana dotada de um poder próprio, arregimentada por leis e decretos, burocratizada na administração dos bens espirituais e, por vezes, entregue a preocupações mais terrenas do que sobrenaturais, mereceria algum descrédito. De forma esquemática, esta objecção poderia ser reduzida a um slogan: *Cristo, sim; Igreja, não!*

Importa questionar o fundamento de uma tal atitude aparentemente cristã mas profundamente antieclesial, não apenas para aferir a sua eventual heterodoxia, mas também para combater quantos, ao abrigo de uma tal posição doutrinária, se consideram escusados ao dever de obediência ao Magistério da Igreja, nomeadamente em relação àquelas questões que, por não terem sido directamente resolvidas por Cristo, careceriam, no seu entendimento, de um necessário fundamento teológico. Neste sentido, não são infrequentes os cristãos que entendem que, não obstante o juízo negativo da Igreja em relação a algum tema doutrinal, podem legitimamente optar e agir à margem dos seus ensinamentos, na suposição de que uma tal atitude, embora contrária à lei e à praxis eclesial, encontrar-se-ia fundada no próprio Cristo e no espírito do seu Evangelho.

- 2.1. O relato da conversão de São Paulo, que Lucas transcreve no capítulo 9 do seu segundo livro, o livro dos Actos dos Apóstolos, reproduz o diálogo então ocorrido entre Saulo e o seu misterioso interlocutor, que se apresenta como sendo o próprio Jesus. Não obstante a brevidade do diálogo, apenas constituído por três muito breves falas, é de registar uma muito curiosa insistência: tanto na primeira intervenção de Nosso Senhor, como na sua segunda e última fala, há uma repetida alusão não apenas à



perseguição em que o jovem de Tarso está tão empenhado como, curiosamente, ao objecto principal dessa perseguição, que é dado como sendo o próprio Cristo. Com efeito, Nosso Senhor começa por perguntar a Saulo porque O persegue (cf. Act 9, 3) e, depois deste o ter interrogado sobre a sua identidade, apresenta-se nestes termos: «Eu sou Jesus, a quem tu persegues» (Act 9, 5).

Ora, não obstante a insistência, esta não parece fazer sentido, na medida em que Saulo de Tarso não persegue Jesus Cristo, mas os cristãos ou, se se quiser, a sua Igreja. É nestes termos que aliás se refere, logo no início do relato, que pediu e obteve do sumo sacerdote cartas para as sinagogas de Damasco, «com o fim de levar presos para Jerusalém quantos adeptos deste “Caminho” encontrasse, homens e mulheres» (Act 9, 2). Não há, portanto, nenhuma intenção persecutória do próprio Cristo, que, aliás, Saulo, como qualquer outro judeu seu contemporâneo, julgaria definitivamente morto e enterrado e, por isso, não teria qualquer interesse prático mover-lhe qualquer perseguição. É certo que os judeus mais zelosos estariam informados de que os seus discípulos afirmavam a sua ressurreição e que muitos O tinham visto, mas seguramente não acreditariam nisso, entendendo que a ausência do seu corpo se ficara a deve ao roubo do cadáver, não obstante a inverosimilitude de uma tal hipótese (cf Mt 28, 11-15). Seja como for, é certo que para Saulo não fazia nenhum sentido perseguir Jesus Cristo e, por isso, parece estranho que o Senhor, ao interceptar aquele no seu caminho para Damasco, se identifique como sendo o alvo da sua perseguição. Teria sido mais lógico e correcto que Jesus tivesse perguntado a Saulo porque incomodava os seus discípulos, ou porque atribulava a sua Igreja, mas não Ele mesmo, que não era o objectivo da missão que o levava, devidamente mandatado pelo sumo-sacerdote, a Damasco (cf Act 9, 1-2).

A resposta a este aparente enigma é sumamente reveladora: quando Jesus Cristo se identifica com os cristãos que, naquela ocasião, são objecto da ira daquele impiedoso judeu, fá-lo com uma intencionalidade muito específica, qual é a de significar a relação de igualdade entre Ele e a sua Igreja, razão pela qual quem persegue os seus discípulos, é a Ele que persegue, mesmo que disso não tenha consciência. Em sentido inverso, o mesmo pode ser também dito: quem ama os cristãos ou segue a Igreja, é a Cristo a quem ama e é aos Seus ensinamentos a que presta a homenagem da sua obediência e



fidelidade. A Igreja não é uma realidade diferente do próprio Cristo, mas o mistério da sua presença real na história e no mundo: onde está Cristo, está a Igreja e esta não vale por si mesma, por assim dizer, mas enquanto presença histórica de Cristo, embora oculto sob a sua realidade humana, institucional, litúrgica, doutrinal, etc.

Permita-se um aparte para responder à incongruência de quantos cristãos que não se revêem na doutrina da Igreja e fazem até disso um certo ponto de honra, muito embora uma tal incoerência seja mais motivo de desonra do que de legítimo orgulho. A esses tais cristãos ecléticos, que gostam de fazer reparos à doutrina da Igreja – *sou cristão, mas ...* - poder-se-ia dizer que são *católicos adversativos* e que as suas reticências, mais do que expressão de uma fé esclarecida, são indício de uma lamentável iletracia religiosa e, até, de alguma duplicidade. No contexto da Igreja e, em maior medida, da Ordem do Santo Sepulcro, não faz qualquer sentido opor alguma reserva consciente em relação à totalidade do depósito da fé, no que respeita aos seus conteúdos doutrinários bem como às suas consequências morais, nem também optar pelo caricato e não menos contraditório estatuto de «*católico não praticante*», que não faz qualquer sentido em termos de fé. Com efeito, a fé ou se aceita na sua totalidade ou se rejeita globalmente, porque quem reprova um só dos seus axiomas, nega o seu próprio princípio, que não é a evidência do postulado em questão, mas a autoridade divina que o afirma. Por outro lado, a religião católica, como qualquer outra religião, não é uma ideologia para aderir, mas uma verdade para viver, pelo que a não prática seria tão absurda como a honestidade de alguém que se gabasse de a não praticar...

- 2.2. Muito embora uma tal observação obrigue a uma breve divagação em relação aos ensinamentos paulinos, é necessário recordar, para este efeito, o episódio que Mateus refere como acontecido em Cesareia de Filipe e, no qual, Jesus não só se refere explicitamente à sua Igreja, como institui o seu primado na pessoa de Simão, a quem designa Pedro (Mt 16, 13-19).

Só duas notas muito breves: a primeira, para referir o contexto em que acontece este episódio evangélico de transcendente importância. Jesus, inicialmente, questionara os seus discípulos sobre os rumores que corriam entre as gentes sobre a sua identidade (cf Mt 16, 13). Depois de ouvidas as várias respostas, pergunta-lhes directamente quem



julgam eles que o seu Mestre é (cf. Mt 16, 15). Ante o embaraço da melindrosa questão, na medida em que qualquer resposta seria muito comprometedora, Simão, filho de João, avança com a solene e categorica proclamação do carácter messiânico de Jesus: «Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo» (Mt 16, 16). Ante uma tal declaração, é Nosso Senhor quem revela a Pedro que foi a fé de Deus que lhe permitiu fazer uma tal afirmação (cf. Mt 16, 17) e, acto seguido, institui a sua Igreja e Pedro como sua cabeça visível: «Eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela» (Mt 16, 19). Ou seja, o contexto claramente cristológico, que domina o início da conversa, evolui depois para um sentido abertamente eclesiológico, precisamente para vincar que não se trata de duas realidades diferentes, mas as duas faces de um mesmo mistério, que é o mistério do próprio Cristo.

A segunda observação é mais de pormenor. Apesar de muitas vezes e de muitas formas Nosso Senhor se referir à Igreja, a única passagem dos Evangelhos sinópticos em que este termo é referido como tendo sido expressamente pronunciado por Cristo é este, o que permite concluir que esta declaração não se insere na modalidade de uma alegoria ou parábola, mas de um acto fundacional a que o Senhor quis dar toda a precisão jurídica de uma solene acta notarial. Não cabe, pois, nenhuma interpretação reducionista do texto, nem nenhuma leitura que negue a intencionalidade institucional de Cristo, razão pela qual a Igreja não pode ser nunca entendida como uma realidade humana estabelecida à margem do desígnio de Nosso Senhor, mas, pelo contrário, como uma realidade por Ele querida e fundada. Por essa mesma razão, a Igreja, não obstante os avatares da História, permanece sempre idêntica a si mesma naquilo que é a sua essência, a sua estrutura fundamental, como goza igualmente da certeza da infalibilidade da sua doutrina (cf. Mt 16, 18-19), que se tem mantido inalterada ao longo dos dois milénios da sua existência.

- 3. A Igreja como Corpo de Cristo.** Não é difícil supor o enorme impacto que esta compreensão da Igreja teve para São Paulo, se tivermos presente, como agora se recordou, que este ensinamento o não recebeu por via humana, mas do próprio Cristo e,



ainda para mais, no preciso momento da sua tão excepcional conversão. Se tudo o mais o poderia esquecer, esta revelação ficou marcada a fogo na sua alma. Por isso, nos seus escritos, são abundantes as referências eclesiais. Na impossibilidade de aqui comentar todos esses textos, vão-se referir, de imediato, alguns dos que podem ser considerados mais significativos.

3.1. É recorrente o entendimento, também entre os católicos, da Igreja como *organização*, ou seja, como uma instituição que não tem vida em si mesma, embora dotada da necessária personalidade jurídica e moral. Bento XVI, numa recente alocução, contrariou essa visão, que entendeu claramente insuficiente, por entender, à luz dos ensinamentos paulinos, que a Igreja é sobretudo e principalmente um organismo, ou seja, um ser certamente plural e colectivo, mas dotado de uma vida própria, de uma vida sua.

A realidade eclesial como um todo orgânico decorre directamente dos ensinamentos paulinos, depois aprofundados pelo magistério da Igreja, em que é recorrente a referência à Igreja como Corpo místico de Cristo. Um tal ensinamento consta sobretudo no capítulo 12 da primeira Carta de São Paulo aos coríntios, nomeadamente nos versículos 12 a 31. Depois de afirmar que é Deus quem opera tudo em todos (1 Cor 12, 6), o Apóstolo constata a diversidade de graças e de ministérios (1 Cor 12, 4-5), ao mesmo tempo que sublinha que todos concorrem para «a utilidade comum» (1 Cor 12, 7). Este princípio do bem comum é, afinal, o critério que permite discernir os verdadeiros carismas, que são graças que Deus concede a alguns mas para o bem de todos: neste sentido, a diversidade resolve-se na unidade, não a fere nem ofende, antes a potencia na diversidade dos serviços ou carismas.

A Igreja vive há dois mil anos esta maravilhosa experiência, a da pluralidade na unidade. Há muitos caminhos cristãos, muitos modos de servir a Deus, muitas formas de exercer o apostolado, mas sempre na unidade da fé e na comunhão da Igreja. Também em cada comunidade cristã e, mais especificamente na nossa Ordem, há diversos ministérios, mas todos os serviços são relevantes: ninguém se pode sentir dispensado de prestar a sua contribuição e todos estão igualmente comprometidos com a realização dos fins da nossa instituição eclesial, no contexto mais amplo da Igreja



universal. Para este efeito, é necessário que prime o espírito de serviço sobre qualquer outro interesse ou ambição pessoal: a razão da nossa militância não é individualista, mas católica, ou seja, universal. Bom exemplo desta abnegação nos é dado por irmãos nossos que já prestaram à Ordem relevantes serviços nos mais altos cargos da sua Lugar-Tenência e que depois, com espírito evangélico, souberam prescindir desses cargos, mantendo-se activos no serviço da Ordem. Esta é uma lição que todos devemos aprender e praticar: a de não nos servirmos da Ordem mas servirmos sempre a Ordem, como a Ordem quiser ser servida por nós.

3.2. Para além da diversidade de funções, São Paulo afirma a igualdade essencial entre todos os cristãos: «já não há judeu nem grego, não há servo, nem livre, não há homem nem mulher; todos vós sois um só em Cristo Jesus» (Gal 3, 28). Esta essencial igualdade é baseada na igual condição de filhos de Deus, adquirida pelo baptismo, que é o sacramento da iniciação cristã (cf Gal 3, 26-27) e realiza-se no igual chamamento à santidade, que é a excelência da caridade a que todos os cristãos, sem excepção, são chamados (cf Mt 5, 48).

Note-se, contudo, que esta igualdade substancial, derivada da comum dignidade dos filhos de Deus, não anula a diferença de géneros, nem as distinções sociais, que o cristianismo nunca teve a veleidade de abolir, como aliás é patente na carta que Paulo escreve a Filémon por ocasião do regresso de um seu servo, Onésimo, que tinha fugido e se acolhera junto de Paulo, que o baptiza mas devolve ao seu senhor, pedindo-lhe que o perdoe e nele veja já não apenas um subordinado mas um irmão em Cristo (cf. Flm, 8-21). A distinção entre homem e mulher continua também vigente e tem até expressão na vida sacramental da Igreja, na medida em que há sacramentos que só podem ser validamente administrados a fiéis do sexo masculino. O que o apóstolo pretende dizer é que, para além dessas óbvias distinções, que não há lei humana ou divina que possa ignorar, há uma comum igualdade no que respeita à vida espiritual e ao apostolado. Todos os cristãos, quaisquer que sejam as suas características pessoais, podem e devem ser eficazes obreiros do Reino de Deus e o que mais importa não é a importância social das suas funções, mas o grau de santidade que cada qual alcança na realização da sua



missão. Por isso, Papas houve que não passaram à História, mas os santos seus contemporâneos permanecem vivos na lembrança e gratidão dos seus conterrâneos e de todos os fiéis. Santa Teresinha do Menino Jesus sentiu com especial intensidade mística este apelo, a que soube responder de forma total, não obstante as aparentes restrições que a sua condição feminina ou de religiosa lhe poderiam impor.

3.3. Se é verdade a diversidade orgânica da Igreja, composta por muitos membros, e a sua igualdade essencial, enquanto todos são, por igual, filhos de Deus chamados à perfeição da caridade, também é certo que Paulo, na sua carta aos colossenses, esclarece que, nesse corpo que é a Igreja, é a Cristo que pertence a principalidade, ou seja, «Ele é a cabeça do corpo que é a Igreja» (Col 1,18). A Igreja não se reporta a Cristo apenas em termos históricos, como uma qualquer instituição que se revê no seu fundador, mas tem em Cristo a sua cabeça, ou seja, o seu centro de operações, a raiz da sua vida, ao modo como é também a cabeça que comanda a vida do corpo humano. É neste sentido que a nossa adesão a Igreja é submissão à autoridade de Cristo: somos enxertados n'Ele para que n'Ele tenhamos a vida (cf Jo 10,10; 15, 1-11).

Nalguns ambientes católicos, felizmente não muito expressivos no nosso país, predomina uma concepção da Igreja como mera realidade associativa e, em consequência, entendem alguns que bastaria a vontade expressa da maioria dos fiéis para alterar o seu regime, a disciplina a que estão sujeitos os seus sacramentos, as suas leis e a sua liturgia. Na realidade, se *nós somos Igreja*, porque não há-de ser a Igreja como nós queremos que seja?! A resposta é simples: é que uma Igreja que ficasse reduzida à dimensão humana dos seus membros não seria divina, não nos poderia salvar. A Igreja não é salvífica por mérito próprio, mas por ação de Cristo; se Cristo deixasse de ser a sua Cabeça, o que é manifestamente impossível, a Igreja deixaria de ser ela própria e ficaria reduzida à insignificância de uma mera religião natural, a mais uma iniciativa humana, talvez louvável, como o são todas as experiências genuinamente religiosas, mas não mais do que isso. Registe-se, a este propósito, que Jesus Cristo nunca fala da Igreja dos homens ou, sequer, da nossa Igreja, mas da Igreja que é d'Ele (cf Mt 16, 18), que é Ele quem edifica e que Lhe pertence absolutamente (cf Jo 21, 15-17).